

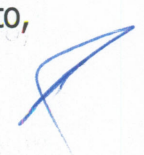
**Ao Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitações da
Universidade Federal da Grande Dourados (MS)**

Refere-se ao processo licitatório UFGD nº 23005.011149/2018-15
Concorrência Pública nº 07/2018

Poligonal Engenharia e Construções Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.492.162/0001-82, com sede na Avenida Três Barras, nº 876, Jardim Vilas Boas, CEP 79.051-290, em Campo Grande (MS), neste ato representada por seu diretor técnico Renato Cristovão Abrão, vem tempestivamente, nos termos do artigo 109, I, "a" da Lei nº 8.666/93, ofertar **Recurso Administrativo** em face da decisão que declarou a habilitação da empresa concorrente **COSAMA ENGENHARIA EIRELI**, CNPJ 33.241.324/0001-70, perante a concorrência 07/2018, nos seguintes termos:

I - Tempestividade:

Conforme dispõe o artigo 109 § 3º da Lei nº 8.666/93, o prazo para impugnar recurso administrativo é de 5 (cinco) dias úteis, e, pelo entendimento do artigo 110, a contagem dos prazos excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento,



portanto, considerando que o início da contagem do prazo se deu no dia 14/11/2018, tem-se que seu encerramento se dará no dia 21/11/2018, o que comprova a tempestividade do presente recurso.

II –Razões para a reforma da decisão

O Objeto da concorrência 07/2018, consiste na contratação de empresa de engenharia, mediante empreitada por preço unitário do tipo menor preço global, para a Construção do Edifício Centro Administrativo da UFGD.


Na ocasião do julgamento da habilitação, apresentaram envelopes de documentação e propostas as empresas: COSAMA ENGENHARIA EIRELI, CNPJ 33.241.324/0001-70; CONSTRUTORA LDN LTDA, CNPJ 24.916.280/0001-40; ENGELEC ENGENHARIA ELÉTRICA E CIVIL, CNPJ 08.594.071/0001-71 e POLIGONAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, CNPJ 03.492.162/0001-82.

A Comissão Permanente de Licitação considerou todas as empresas participantes habilitadas, contudo, tal decisão deve ser reformada, tendo em vista que a empresa COSAMA ENGENHARIA EIRELI, não atendeu devidamente aos requisitos exigidos no edital, conforme passamos a expor.

Considerando que, no presente caso, a concorrência trata de licitação para obras e serviços, configurando obrigação de fazer, a Lei 8.666/93, exige comprovação da aptidão técnica para execução do objeto licitado, com fim de garantir o resultado satisfatório da empreitada.

“Art. 30 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e **compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”.*



Para tanto, o edital prevê no item 14.1.2, a comprovação de aptidão operacional, mediante a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços compatíveis em características, com o objeto licitado.


Ocorre que a COSAMA ENGENHARIA EIRELI, apresentou dois atestados diversos para comprovar a execução de laje pré-moldada, somando os dois para comprovar a execução da quantidade mínima exigida de 450 m², além do fato de um dos atestados demonstrar que se trata de uma laje de concreto pré-moldado de forro e não de piso, como está expressamente exigido no edital, itens 14.1.2 e 14.1.2.1.

Outra irregularidade apresentada pela COSAMA, resta evidenciada nos três atestados apresentados para atender aos itens de comprovação de capacidade técnica-profissional, sendo que, aparentemente, apenas um deles se refere ao prédio de dois pavimentos exigidos no item 14.1.2, ou seja, dois dos atestados apresentados para comprovar a execução da laje pré-moldada não se referem à edifício de dois pavimentos, não sendo, portanto, pertinentes ao objeto licitado.

Outrossim, a Portaria nº 128, de 14 de maio de 2014, do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre a licitação e a execução de contratos de serviços no âmbito da Secretaria do TCU, prevê no capítulo III, referente à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional que:

"Art. 14. Será aceito o somatório de atestados para comprovar a qualificação técnico-operacional e profissional, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante".

No entanto, a empresa Cosama não comprovou que o somatório dos atestados de capacidade apresentados se referem à contratos executados concomitantemente. Por este motivo, com o escopo de dirimir as controvérsias evidenciadas, faz-se necessária a realização de diligências nos termos do art. 15 da referida portaria do TCU que dispõe:




"Art. 15. A Administração do TCU poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial do licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pelo licitante".

Logo, resta clara a intenção da concorrente COSAMA, em ludibriar a Comissão Permanente de Licitação, fazendo crer que apresentou os atestados correspondentes às obras compatíveis em características com o objeto da licitação, mas na verdade, juntou três atestados diversos para comprovar execução de serviços isolados e com características distintas das estabelecidas.

Nesse sentido, a decisão que considerou a Empresa COSAMA ENGENHARIA EIRELI, habilitada perante à concorrência 07/2018, deve ser revista em atendimento ao preceito da legalidade que vincula o procedimento licitatório, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/93 que determina:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos".*

Isso porque, pela análise do edital e em atendimento ao princípio da legalidade, tem-se que a empresa recorrida não detém o requisito de habilitação relativo à comprovação de aptidão operacional, constante no item 14.1.2, visto que deixou de comprovar efetivamente a execução de laje pré-moldada de piso com no mínimo 450m², bem como deixou de comprovar que as execuções se referem à edifício de dois pavimentos e que o somatório dos atestadores referem-se à obras concomitantes.




III. Requerimento

Diante dos relevantes argumentos e fundamentos apresentados, **requera** empresa recorrente que seja provido o presente recurso para o fim de reformar a decisão da Comissão Permanente de Licitação que declarou como habilitada a empresa COSAMA ENGENHARIA EIRELI, reconhecendo-se sua inabilitação perante o referido processo licitatório de concorrência 07/2018, bem como **requer** a realização de diligências, para averiguar a veracidade das informações prestadas pela concorrente perante a Comissão de Licitação.

É o que requer.

Termos em que pede e confia no deferimento.

Campo Grande (MS), 21 de dezembro de 2018



Poligonal Engenharia e Construções Ltda.

CNPJ nº 03.492.162/0001-82